



**O QUE AS JUVENTUDES INDÍGENAS TRAZEM CONSIGO? :
REFERÊNCIAS QUE COMPÕEM OS PROJETOS-DE-VIDA
EMANCIPADORES.**

Gabriel Chaves Amorim

Mestrando CNPQ/PROSUC, PPGCS-UNISINOS,

gcamorim@edu.unisinos.br

RESUMO: Juventudes indígenas, definidas no plural, pois se trata de uma definição formal, ou seja, que serve de base de comparação para os conteúdos e idealismos sobre a realidade histórica, social e antropológica. Trazer consigo referências é um pleonismo teórico, pois a significação etimológica de referências significa “trazer junto um ente”. Neste sentido as juventudes indígenas trazem múltiplos contextos históricos, sociais, políticos, geracionais que devem ser levados em conta pelo profissional educador e por pesquisadores. As referências-de-vida, portanto, é uma categoria que tem sua acepção na discussão sobre o caráter emancipador das memórias, que os povos tradicionais possuem, dos entraves para escapar à regulação da modernidade, colonial, patriarcal e capitalista. O projeto-de-vida estabelece como finalidade a preservação das referências, objetivos, meios, justificações que tem como finalidade primordial da vida escapar à dessa regulação e da colonialidade. Portanto, como hipótese o trabalho chega às guisas da conclusão afirmando que as juventudes indígenas trazem consigo referências-de-vida que podem ser potencializadas, tornando os planos individuais verdadeiros projetos-comunitários capazes de serem contrapartidas às políticas de morte e agressão à vida perpetrada pela Sociedade envolvente.

Palavras-chave: Projetos de vida, juventudes, indígenas

Introdução

O que as juventudes indígenas trazem consigo? A palavra “referências” em sua raiz etimológica remete à *trazer alguém consigo*. Neste sentido o objetivo deste trabalho, que é perceber o que são as referências-de-vida e sua importância para a juventude indígena. As definições de tais categorias frente as discussões educacionais, historiográficas, antropológicas, sociológicas, psicológicas, linguísticas e do serviço social, são importantes para enxergar os componentes dos projetos-de-vida emancipadores e sua relação com as referências-de-vida.

Resultado de um primeiro esforço de pesquisa para conceituar um “estado da arte”, este trabalho faz uma leitura acerca dos temas juventude e projetos-de-vida.



Portanto o método adotado é o de balanço bibliográfico e indução para caracterização dos “tipos” e categorias teóricas. Para tanto se desenvolveu uma busca nos portais de indexação de artigos científicos, *Scielo e Google Scholar*. O trabalho também explora referências bibliográficas que se posicionam politicamente neste debate. Também partindo da minha experiência como jovem pesquisador, que há cerca de dez anos desenvolve trabalhos de pesquisa (AMORIM, 2017, 2019, 2020) e extensão (DAMASCENO, 2018), junto à um coletivo, formado por estudantes universitários e referências comunitárias, na cidade de São Leopoldo, zona metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A publicação deste trabalho se justifica na ideia de que possa vir a servir de *atalho* teórico para referências que trazem junto uma discussão crítica sobre a emancipação das juventudes indígenas. O trabalho se insere na discussão sobre as categorias, tanto em suas perspectivas identitárias quanto econômicas.

Projetos-de-vida

Sobre a grafia de projetos-de-vida, inovação que sigo pretendendo fundamentar, o uso do recurso linguístico do hífen simboliza a relação do projeto com a vida, a ausência deste símbolo significa, portanto, a separação da vida com a dignidade e satisfação. Essa satisfação segundo o Sociólogo Ferdinand Tonnies comunidade e sociedade são separadas baseadas na ideia de que em comunidades as pessoas encontram aceitação e afeto, já na Sociedade a concórdia vem através de contratos. A comunidade é “compreendida como uma vida real e orgânica – é então a essência da comunidade”. A sociedade, por sua vez, é “como uma representação virtual e mecânica” (TONNIES, 1973, p.96).

Tudo que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade [...] A sociedade é o que é público, é o mundo. Ao contrário, o homem se encontra em comunidade com o seu desde o nascimento [...] Entra na sociedade como em terra estrangeira” (TONNIES, 1973, p.97)

A comunidade remete à vida entre os que possuem projeto em comum. A sociedade é a coexistência conflituosa entre tais projetos. Neste caso, estou referindo às comunidades de populações tradicionais indígenas. Podemos ainda pensar na distinção que Foucault faz entre População e povo. O povo não pertence de fato ao sujeito coletivo



que é a população, como é o caso dos povos indígenas, interceptados por processos que os tornam “estrangeiros em seu próprio país e, por conseguinte, cai sob as leis penais que vão puni-lo, exilá-lo, de certo modo matá-lo“ (FOUCAULT, 2008b, p.58).

Povo é aquele que resiste à regulação e aos dispositivos de regulação. Não se trata de observar quem é mais obediente ao soberano, ou ao governo, mas, de perceber a diferença na categoria povo redigida no contrato social e o da manifestação popular, a população real. “Em um sentido geral [...] a sociedade humana é compreendida como uma pura justaposição de indivíduos independentes uns dos outros” (TONNIES, 1973, p.97). A distinção linguística entre sociedade e comunidade se funda na separação ou junção dos aspectos de vontade humana. Como atesta (TONNIES, 1973), em sua concepção de comunidade, como vida comum, verdadeira e durável. Em contrapartida, a sociedade apresenta uma ilusão de vida, “um agregado mecânico e artificial (1973, p.98).

As pesquisas sobre projeto de vida voltados à inserção na sociedade, em detrimento de projetos comunitários, se concentram como técnica analítica da psicologia, disciplina escolar ou projeto de formação pessoal institucionalizado. O viver como o processo organizado, lógico e sistemático de intervenção, instrução, investigação e apresentação das estratégias para resolver os problemas. Podem ter uma interface burguesa, como é o caso dos projetos de vida elaborados pelos psicólogos ou coaching.

A escola tem incluído a atividade através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece como competência obrigatória a atividade projeto de vida, para construir planos e objetivos de vida “cotidiana” e “vida pessoal”. Segundo o texto da base “o campo da vida pessoal funciona como espaço de articulações e sínteses das aprendizagens de outros campos postas a serviço dos projetos de vida dos estudantes” (BRASIL, 2018, p.502).

Portanto, uma das denotações de Projeto de vida, a de atividade escolar, tem sido explorada nas pesquisas, extensões e práticas educacionais, por exemplo o professor José Moran (2013, 2014, 2017), pesquisador de educação da Universidade de São Paulo, que discute a relação da educação com a vida participativa, cidadã e emancipadora. Como atividade escolar promove “orientações para que cada aluno se conheça melhor, descubra



seus potenciais e os caminhos mais promissores [...] e construir um futuro mais livre” (MORAN, 2013, p.3).

A teorização da temporalidade dos projetos de vida são percebidas nas pesquisas desta temática com ênfase no tempo futuro, o presente seria uma preparação para usufruir dos projetos que virão, perceptível em: (WAGNER, 1997) como planos de futuro; domínio del futuro em (HERNÁNDEZ, 2003); projeto vital para o futuro em (KLEIN, 2011); planos e projetos de futuro (PIZZINATO, 2016); planos futuros (VENTURINI, 2014); preparo para o futuro em (MEYER, 2014); projetos de futuro (MELSERT, 2015) projetos e transição para o futuro (BRAGA, 2016). Destarte tais exemplos se percebe o futuro, como temporalidade dos projetos de vida. Com exceção de Maria Zenaide Alves e Juarez Dayrell que utiliza essa discussão, sobre o tempo, para analisar os projetos de vida e a percepção dos jovens sobre o futuro (ALVES, 2015). Ao localizar o fim no futuro a incerteza invade os projetos de vida com variáveis incalculáveis.

Partindo deste levantamento teórico sobre projetos de vida, aqui se lança a seguinte provocação para o debate: Existem projetos de vida e projetos-de-vida¹. Os projetos-de-vida se aproximam à conceitualização proposta no termo forma-de-vida, problematizada pelo filósofo italiano, Giorgio Agamben (2015). Agamben propõe que não deveria existir uma separação da vida de sua forma. O modo de viver determina, portanto, o que está em jogo na vida. Um projeto-de-vida coloca os planos que o sujeito tem para si e para os seus como determinante sobre o que ele é.

O projeto é a potência de vida e de sua forma, adequado para fornecer para a pessoa meios de alcançar a felicidade. Essa separação entre vida e projeto, também é pensada pelo sociólogo, José Ivo Follman, que pontua, que a pessoa “quando se percebe apenas como sujeitado a projetos de outrem, não suporta, ou seja, não se realiza e não desenvolve a sua autoestima enquanto sujeito” (FOLLMAN, 2012, p.84).

O passado emerge nas referências que compõe o projeto-de-vida das juventudes indígenas, como ato de resistência à homogeneização cultural e econômica. E é por isso

¹ Durante a sessão de apresentação foi questionado a possibilidade de aproximação com “projetos de sobrevivência”. Respondi que sim, devido à proximidade com a temática das políticas de morte, necropolítica, evidenciadas e denunciadas pelo filósofo Achille Mbembe.



que se aproxima a identidade indígena da emancipação econômica. Pois ainda, segundo a psicóloga Marília Veríssimo Veronese, em sua leitura de Boaventura, os processos psicológicos que conduzem à um estado de projeção da libertação são gerados dentro das subjetividades. Pois nessas comunidades, formadas por trajetórias individuais, em que o trabalho é realizado coletivamente ou que tem sua forma de produção coletivizada, são “autointerpretativas e autocríticas”, quer dizer, há um senso comum que define o que significa escapar da economia formal. Nesse sentido, o conteúdo emancipatório teria de ser produzido intersubjetivamente junto as referências-de-vida das pessoas, no caso dos Indígenas são conhecimentos passados pelas famílias. Sua construção comportaria três dimensões: A dimensão ética (solidariedade) a dimensão política (participação) e a dimensão estética (prazer/erotização, autoria individual, reconhecimento)” (VERONESE e GUARESCHI, 2005, p.67).

Portanto, a juventude indígena, neste processo de estabelecer objetivos-de-vida com base em referências coletivas, não anulam as suas próprias subjetividades, mas aproveitam o presente como oportunidade de emergir o passado. A língua, a organização política comunitária, a soberania alimentar e o controle coletivo por um território, são comuns aos projetos-de-vida. Os objetivos devem ser subjetivos, inerente aos interesses, gostos, conceitos e parcialidades indígenas de diferentes etnias, povos e clãs. Neste sentido a subjetividade não deve ser neutralizada na ideia de “um universo frio, calculável, previsível, mecânico e regido por leis transposta ao ser humano e à sociedade” (FERRARINI, 2008, p.19), não se trata dessa objetividade.

O objetivo-de-vida é subjetivo, mas, não renuncia à objetividade da coletividade, a subjetividade em questão é tanto a comunitária e compartilhada quanto a da própria pessoa. A comunidade possui projetos objetivados coletivamente para a resolução de um problema, através de meios e referências também coletivas. A formulação dos objetivos-de-vida dentro do violento contexto de avanço do desenvolvimentismo, forma estratégias de ação pragmáticas, rápidas, sem perder tempo em lucubrações sobre o futuro, é prático, positivo e no presente. Mantém os requisitos para que continue a ser percebido como índio, não obstante, vive como deseja e objetiva sua forma-de-vida alheio ao branco.



Para a presente pesquisa é relevante considerar como os projetos-de-vida são interceptados por lógicas que produzem experiências desvalorizadas, desacreditadas e abissais. Boaventura de Sousa Santos se insere como autor de estudos pós-coloniais, e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos, temas caros à emancipação dos projetos-de-vida, face à problemática-de-vida. Os projetos-de-vida que a pesquisa se delimita à analisar estão relacionados com a emancipação econômica, cultural e social das juventudes indígenas. Esses saberes são analisados como ausências (SANTOS, 2002), pois, são deslegitimados e desvalorizados pela modernidade, contudo, podem emergir para contribuir para melhoria do bem viver comunitário, formulação de políticas públicas e atendimento específico para juventude indígena. Contribuindo para a ecologia de saberes de que fala Boaventura Sousa Santos. As sociologias das ausências visam, assim, evidenciar a carência e transformar a falta da experiência social em possibilidade. Com isso, se cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo, e, por essa razão, contribuir para ampliar o mundo e dilatar o presente (SANTOS, 2002, p.249). Isso quer dizer que o tempo dos projetos-de-vida das juventudes indígenas não é o futuro, também não é o passado, todavia é no presente que se consolida a preservação da vida. Dilatar o presente significar fazer coexistir práticas consideradas atrasadas, incivilizadas, bárbaras, supersticiosas, conhecimentos produzidos como ausentes.

Referências-de-vida

Em sua dimensão mais visível e superficial as referências do projeto-de-vida referem, contam, relatam, aludem, mencionam e fazem relação da forma-de-vida com a pessoa. As referências que compõe o projeto-de-vida dizem respeito ao conjunto memorial da comunicação-da-vida. São elementos do mundo extralinguístico, real ou imaginário, ao qual remete aos signos linguísticos do projeto-de-vida dos indígenas latinoamericanos. Isto significa reconhecer que a categoria *indígena* possui uma homogeneidade, a colonialidade, isto é, apesar das peculiaridades que a categoria exclui, como as diferentes organizações, idiomas, epistemologias e racionalidades podemos contextualizar e conectar as identidades indígenas através destes problemas.

Os enfrentamentos aos problemas, comuns ao indígenas, geraram um acúmulo memorial que se pode definir como referências-de-vida. Esse tipo categórico pode ser



usado para relacionar as memórias de resistência com o contexto problemático da colonialidade. Uma característica da referência-de-vida é que submete a significação colonial do mundo à forma-de-vida indígena, ou seja, sujeita às categorias linguísticas ao esvaziamento e à inoperância.

A palavra em si é neutra, podendo ser preenchida com significado ideológico. Nesse caso, o signo é criado por uma função ideológica específica e é inseparável dela. Já da palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Ela pode assumir qualquer função ideológica: científica, estética, moral, religiosa.

Como percebe o linguista Valentim Volóchinov em *Marxismo e Filosofia da linguagem* (círculo de Bakhtin). Na tradução brasileira a redação opta por usar a palavra cotidiano, contudo, levando em conta a forma-de-vida em Giorgio Agamben poderíamos pensar em uma comunicação-de-vida que não se separa da vida. No original em russo, o termo utilizado é *obschênie jíznennoe*, que literalmente seria "comunicação da vida" (Volóchinov, 2017, p.99):

Cada época e cada grupo social possui o seu próprio repertório de formas discursivas da comunicação ideológica cotidiana. Cada grupo de formas homogêneas, ou seja, cada gênero discursivo cotidiano, possui seu próprio conjunto de temas. Existe uma unidade ininterrupta e orgânica entre a forma da comunicação (por exemplo, a comunicação direta e técnica no trabalho), a forma do enunciado (uma réplica curta relacionada ao trabalho) e o seu tema. Portanto, a classificação das formas do enunciado deve apoiar-se na classificação das formas de comunicação discursiva. Já essas formas são inteiramente determinadas pelas relações de trabalho e pelo regime sociopolítico. Em uma análise mais detalhada, veríamos a enorme importância do aspecto hierárquico nos processos de interação discursiva e a influência poderosa da organização hierárquica da comunicação sobre as formas do enunciado. A etiqueta verbal, o tato discursivo e as demais formas de adaptação do enunciado à organização hierárquica da sociedade possuem um significado importantíssimo no processo de elaboração dos principais gêneros cotidianos(da-vida) (VOLÓCHINOV, 2017, p.109).

As referências-de-vida são as memórias, estratégias e metodologias que o projeto-de-vida articula para fabricar vida junto de sua forma. As referências do projeto-de-vida atendem ao caráter coletivo, logo, são referendadas na sociabilidade da forma-de-vida comunitária. O indígena traz consigo a memória dos antepassados, traz entes (seres, pessoas, processos e coisas) em sua memória. Com essas referências desenha um retorno, no tempo presente, daquilo que traz consigo e que a Modernidade produz como ausência.



Outra esfera da Referência dos projetos é a do poder. A colonialidade forçou as populações indígenas a referenciar o Estado como garantia de autonomia, logo, suscetível as mudanças políticas. Essa mudança de referência jurídica se dá na conquista de uma autonomia que não se funda no poder violento, contudo no bom governo, que obedece ao povo. Neste sentido, a referência da forma-de-vida é um retorno à referencialidade jurídica indígena.

Os ensinamentos e a oralidade são valorizados como conhecimentos referenciais, pois trazem *notícias*, informam e instruem sobre os instrumentos de controle e dos meios de reprodução da forma-de-vida. Essas referências não são fechadas, assim como todo projeto, permanecem na potência da mudança e da suspensão da atenção, estão abertas ao debate e se transformam nas relações sociais.

Não obstante às referências libertadoras, existem às amplamente e massivamente expandidas pela publicidade de espetacularização do capital. Essas referências entram de forma sutil e colonizam a mente e o “bolso” de quem as leva, sobretudo contamina os objetivos e meios, separando o projeto da vida, por consequência, impedindo a processualidade da forma-de-vida. Um problema na relação entre forma-de-vida e a categoria indígena está na referência do homem branco. As referências dos instrumentos de captura colonizam a pessoa e cobra dela um redirecionamento dos sentidos do experimentar a vida indígena.

A referência-de-vida (re)direciona, revive, repete, *recall* e invoca a forma-de-vida. A referenciação-da-vida é uma estrutura idealizada na qual é possível realizar a observação de fenômenos processuais da forma-de-vida, bem como descrevê-los e formular suas leis, podendo esta estrutura ser descrita abstratamente por um sistema de coordenadas espaciais e temporais. Uma das pistas está na cartografia social, metodologia pensada em Guatari e Deleuze e territorializada no Brasil, por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escossia (2015). Através da cartografia o pesquisador intervém na experiência, logo, todas pessoas são pesquisadoras da vida.

Um problema que incide sobre as referência é a categorização da vida indígena a partir de indicadores do homem branco, como já dito anteriormente nos problemas, produzindo essas populações no passado. É um problema de referência, pois o estado é



que define e abona a capacidade ou a integridade da pessoa indígena e de sua comunidade. Exemplo maior é a defasagem em relação aos marcos regulatórios de acesso à terra vinculado à níveis culturais. Ser referência da forma-de-vida é cultivar um projeto-de-vida, justificado pelo passado de lutas contra a colonialidade, sustentado por meios necessários para cumprir os objetivos centrais da vida, escapar à regulação biopolítica algorítmica da modernidade capitalista.

⊙ ETIM lat. referentia < referens,entis < refêrre levar consigo, alcançar, obter, relatar etc.

Juventudes

Concluída, a primeira parte, que *traz junto* uma definição de projetos e referências-de-vida, passamos agora para a definição de juventude. Uma importante definição é a oficial, do Estado, que se produz através da criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) através da lei 11.129/2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 5.490 de 14 de julho de 2005, contudo, só publicou suas diretrizes em 2006, abordando a relação do contexto social com os projetos de vida:

Os jovens rurais, indígenas e das comunidades tradicionais passam por dificuldades sérias. Não tem condições adequadas de vida em suas comunidades e são discriminados nas cidades para onde vão em busca de sustento. Assegurar qualidade de vida para estes jovens significa abrir novas perspectivas de inserção social e produtiva por meio da agroecologia, turismo rural e desenvolvimento local sustentável. Estes jovens também devem ser protagonistas neste processo de discussão sobre políticas públicas de juventude na perspectiva da qualidade de vida. [...] Considerar a dimensão subjetiva, estimulando os jovens a construir e efetivar projetos de vida individuais e de grupos. [...] Em uma perspectiva de busca de qualidade de vida, a proposição de políticas públicas de saúde para jovens deve também considerar a saúde na dimensão do desejo, da sexualidade, da intensidade, do projeto de vida, da produção da vida dos sujeitos em seu contexto socioambiental onde as relações de saúde interagem com as distintas dimensões biopsíquicas, culturais, econômicas, ecológicas e políticas, reproduzidas socialmente. (CONJUVE, 2006, p. 64)

As diretrizes do Conjuve, reconhecem as diferentes formas de expressão juvenil e a “falta de oportunidades de geração de ocupação e renda, que proporcione a construção de projetos de vida autônomos” (CONJUVE, 2006, p.36) neste período da vida. O Conjuve é um conselho que faz parte do Estado brasileiro, portanto, nasce a partir da confluência de setores da sociedade civil e se institucionaliza em discussões públicas



governamentais, o que caracteriza certo “estado da arte” ou consenso político e teórico sobre as categorias de juventudes.

A etimologia filosófica do termo *juvĕntus*, *ŭtis* remete ao período da vida entre a infância e o desenvolvimento pleno de seu organismo. O desenvolvimento remete ao ato de tirar o que envolve ou cobre a criança, significa desembrulhar. Neste sentido, a categoria juventude se relaciona com o tempo de aumentar a capacidade ou as possibilidades de ser, de fazer e progredir. Neste sentido, o desenvolvimento do jovem pode também ser percebido como sua desvinculação do coletivo familiar, como uma independência de si mesmo em relação à coletividade, destarte disso que juventude é por vezes associado à intransigência. Contudo, a juventude também se relaciona com aquilo que está por vir, com a renovação do antigo e com a esperança. Juventude também pode ser utilizada como adjetivo de qualidade daquilo que é recente.

Podemos pensar em um estado da arte a partir das ciências sociais, da antropologia e do serviço social. A questão da juventude ser uma construção cultural é basilar e pode ser visitada nos estudos da Socióloga mexicana Rossana Reguillo, que no artigo *Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión* (2003), fala que hoje “sabemos que las distintas sociedades en diferentes etapas históricas han planteado las segmentaciones sociales por grupos de edad de muy distintas maneras y que, incluso, para algunas [...] no ha existido (REGUILLO, 2003, p.104):

En estos territorios, en los de la cultura así experimentada, la juventud es un “estado”, no una etapa de transición, ni un proceso de metamorfosis. De ahí el choque principal, en términos culturales, entre los diferentes discursos sociales en torno a los jóvenes. Con excepciones, el Estado, la familia y la escuela siguen pensando a la juventud como una categoría de tránsito entre un estado y otro, como una etapa de preparación para lo que sí vale la juventud como futuro. Mientras que, para los jóvenes, su ser y su hacer en el mundo está anclado en el presente, lo que ha sido finamente captado por el mercado (REGUILLO, 2003, p.106)

Como proposto por (REGUILLO, 2003), é essa juventude, pragmática e centrada na construção de um presente emancipado, que tanto os indígenas quanto a sociologia da juventude postulam. Bem como o texto “O jovem como modelo cultural”, em que Angelina Peralva faz uma construção histórica das juventudes como categorias culturalmente instituídas, apontando a estrutura e a composição dos atributos sociais da juventude, como os modos de acesso à maturidade. “Ser jovem” é uma categoria



reconhecida em outros tempos e em outras sociedades, mas é na Modernidade que se cristalizam as idades como referência entre mundo infantil e adulto. Mediante o exposto, se percebe a hierarquização geracional, que desloca a autoridade à experiência do mundo adulto e a interiorização da juventude.

Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira, é uma publicação organizada por Marília Pontes Sposito, em pesquisa que abrange um recorte temporal localizado entre os anos de 1999 a 2006, apresenta um painel sobre os resultados de pesquisa relacionados à juventude, onde são levantados 1.293 trabalhos sobre a temática. A análise se concentra nas amostragens mais incidentes, Juventude e Escola; Jovens, sexualidade e gênero; Adolescentes em processo de exclusão social; Juventude e Trabalho; Jovens, mídia e TIC; Os grupos juvenis; Jovens Negros; e Juventude e política e Estudos históricos sobre juventude. A indexação desses temas indica a quantidade de produção em relação às temáticas que tem juventudes consigo. Com destaque para as temáticas trabalho, escola e marginalização. Há uma “ausência sobre as expressões coletivas juvenis LGBTT, feminino, religiosos, socioambientais, rurais ou do campo, indígenas, das múltiplas comunidades virtuais, entre outros” (SPOSITO, 2009, p.162).

Conclusão

O que existe do indígena sem falar do branco? “O que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (Boaventura, 2002, p.246). A produção do não-ser em Boaventura, está ligada diretamente à categoria indígena.

objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica. O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? (SANTOS, 2002, p.246)

A categoria juventude, como destituída de poder de decisão sobre os próprios projetos-de-vida, de certa perspectiva, se relaciona com as categorias hierarquizantes de raça da modernidade colonial. Colonialidade do poder, desenvolvida como categoria em Anibal Quijano, sociólogo peruano coloca a questão das hierarquias em relação à categorização do mundo em raças, etnias e nações. Tais categorias são instrumento para desnudar a vida e imprimir nela uma forma de vida nua, quer dizer, uma vida que pode ser controlada em



questão de problemas, objetivos, meios, referenciais e justificativas para viver. Categorizados como “los explotados”, de los dominados, de los discriminados, son exactamente los miembros de las "razas", de las "etnias", o de las "naciones" en que fueron categorizadas” (QUIJANO, 1992, p.12).

Pensar na decolonialidade como base dos movimentos sociais junto às juventudes é plantar uma semente que tem potência de futuro, mas tal semente é trabalho que se executa no presente. Pois, os fenômenos sociais são apreendidos de forma peculiar em relação ao contexto histórico, portanto é necessário pensar na manifestação da colonialidade desde micro contextos, elaborando assim práticas emancipatórias em formas-de-vida. A juventude indígena é duas vezes ausente, como jovem sem autoridade em relação a metonímia da vida, também como indígena, em relação à tutela histórica exercida pelo Estado que o categoriza como infante. Essa ausência é ativamente construída pela colonialidade cultural, como pontua Anibal Quijano: “la represión cultural y la colonización del imaginario, fueron acompañadas de un masivo y gigantesco exterminio de los indígenas, principalmente por su uso como mano de obra desechable (1992, p.13). O colonialismo tomou os recursos, projetos e as próprias vidas das pessoas, de forma utilitária, para gerir e sustentar o sistema do capital colonial escravista. Seja através de sugestões, dívidas, instrumentos de controle oficiais, governamentais.

Conforme (FOUCAULT, 2008a) a humanidade tem herdado dos governos à lógica de gestão da vida, tem aplicado em âmbito privado técnicas de controle que são governamentais e públicos. Assim, a fisiocracia que relativiza a vida humana em nome de determinado objetivo, faz sentido, se pensado dentro da gestão econômica que separa projeto da vida. Para o francês, Michel Foucault, é aí que encontramos o corte entre a população pertinente e a que não é pertinente. Também aí se insere a relação com o uso do hífen, que se relaciona com o conceito de forma-de-vida, pensado em Giorgio Agamben (2015), como uma manifestação de vida que não se separa da forma. A forma é nesse sentido a manifestação de vida peculiar à hegemônica.

Podemos concluir que a conceituação de “referências” como aquilo que a pessoa traz consigo e que molda a percepção da experiência e da realidade histórica. Diz respeito ao conjunto memorial da comunicação-da-vida, proposta por Valentim Volóchinov



(2017). São elementos do mundo extralinguístico, real ou imaginário, ao qual remete aos signos linguísticos do projeto-de-vida dos indígenas latino-americanos.

As referências do projeto-de-vida relacionam as memórias de resistência com o contexto problemático da colonialidade. Submete a significação do mundo à forma-de-vida. Sujeita as categorias coloniais ao esvaziamento e à inoperância. São constituintes do Projeto-de-vida para a Forma-de-vida indígena: Um problema persistente que é a colonialidade. O objetivo que é continuar na história, sobretudo, no presente. Uma forte justificação que é fazer emergir no tempo presente algo que a modernidade sacralizou ao passado. Possui um caminho, um meio ou forma de subsistir. E na minha opinião a mais importante dos componentes do projeto-de-vida são as Referências, aquilo que a pessoa traz consigo, objeto do presente artigo.

A experiência social indígenas é mais ampla e variada do que o que o branco, e muitas vezes a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Esta riqueza social está a ser desperdiçada quando um indígenas já não considera os projetos-de-vida comunitários como credíveis, contaminado pelas referências que separam a vida e sua forma. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim, e outras semelhantes, como bem pontua o Boaventura de Sousa Santos.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: note sulla política*. Torino :Bollati Boringhieri, 1996. (Tradução: Meios sem fim, notas sobre a política.São Paulo: Autêntica, 2015)

AMORIM, Gabriel Chaves A. “Narrativas e representações de trajetórias na formação da Terra Indígena Indígenas Emã Por Fi Ga, São Leopoldo/RS”. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, avaliado com distinção. Unisinos. São Leopoldo-Rio Grande do Sul. Brasil. 2019.

AMORIM, Gabriel Chaves A. REFEJ. Dorvalino Cardoso Refej. *Aprendizaje y Conocimiento del patrimonio imaterial: Organización de Jerarquias y derecho consuetudinario en la colectividad ameríndia indígenas*. Anales del congreso XXXII ALAS. Uruguay. 2017 ISBN. 978-9974-8434-7-9

AMORIM, Gabriel Chaves. “[...] Ela tá falando, será que é verdade? Mas tá no jornal”: Trajetórias e projetos-de-vida de Rosalina Aires de Paula e Alécio Gãrféj Oliveira sobre a retomada de Ventarra (Erebango-RS) e formação da Por Fi Ga (São Leopoldo-RS). Resumo expandido publicado no portal do XV Encontro Estadual de História do Rio



Grande do Sul. Passo Fundo. 2020 Disponível em:< <https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjE5MTAiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiOWI4ZDRhYWJkMjFhNzgzOZDdmNjIhMmFjMjczYTQ2NWQiO30%3D>> Acessado em 06 de agosto de 2020.

BRAGA, Maria José; XAVIER, Flavia Pereira. Transição para o ensino superior: aspiração dos alunos do ensino médio de uma escola pública. *Educ. rev.*, Curitiba , n. 62, p. 245-259, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602016000400245&lng=en&nrm=iso>. access on 29 July 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.46817>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 5, de 4 de maio de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 10.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CARDOSO. Dorvalino Refef. Aprendendo com todas as formas de vida do Planeta educação oral e educação escolar Indígenas. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

DAMASCENO, Maira. O ir e vir Indígenas. Resignificações e resistências na cidade de São Leopoldo (1996 – 2015). Trabalho de Conclusão do Curso de História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2015

DAMASCENO, Maira. Processos de resignificação cultural na emã Por Fi Ga em São Leopoldo. IN: VIANNA, Marcelo et al (orgs). O Historiador e as novas tecnologias - reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas/EPHIS - PUCRS. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro , n. 24, p. 40-52, Dec. 2003 .

DUSSEL, Enrico. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp.55-77.

FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1952. (Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira. - Salvador : EDUFBA, 2008.)

FOLLMAN, José Ivo. Processos de identidade versus processos de alienação: algumas interrogações. *Identidade!*, São Leopoldo, RS, v. 17, n. 1, jan.-jun. 2012

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martin Fontes, 2008a

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martin Fontes, 2008b



GIDDENS. Anthony, 1938-G385m Modernidade e identidade / Anthony Giddens; tradução, Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2002

GROSGOUEL. Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016

HERNÁNDEZ, Ovidio D'Angelo. PROYECTO DE VIDA Y DESARROLLO INTEGRAL HUMANO. En CD del Evento Hóminis '02-La Habana, Cuba Y en Revista Internacional Crecemos.- Año 6 No. 1 y 2-Puerto Rico. 2003

KLEIN, Ana Maria. Projetos de vida e escola : a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida / Ana Maria Klein ; orientação Valéria Amorim Arantes. São Paulo : s.n., 2011

KONHKO, Josme Fortes. Relatos de Experiências e vivências: realidades da educação indígena diferenciada na comunidade Indígenas por Fi Ga em São Leopoldo. Anais do Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos (3: 2018: São Leopoldo, RS). Caderno de resumos do III CEHLA 2018 / Andressa de Rodrigues Flores et al. (Org.). – São Leopoldo-RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2018.

LAZZARATO, Mauricio. O governo do homem endividado. São Paulo: Ed. N-1, 2017MORAN, José. A importância de construir Projetos de Vida na Educação. Educação Transformadora. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017 Disponível em: < <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>> Acessado em: 4 de Agosto de 2020.

MELSERT, Ana Luísa de Marsillac and Bock, Ana Mercedes Bahia Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. Educ. Pesqui., Set 2015, vol.41, no.3, p.773-789. ISSN 1517-9702

MEYER, Dagmar; Felix, Jeane. "Entre o ser e o querer ser ...": jovens soropositivos (as), projetos de vida e educação. Educ. rev. , Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 181-206, junho de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 29 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000200009> .

MORAN, José. A importância de construir Projetos de Vida na Educação. Educação Transformadora. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017 Disponível em: < <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>> Acessado em: 4 de Agosto de 2020.

MORAN, José. Construindo novas narrativas significativas na vida e na educação. In: PORTO, Ana Paula Teixeira; SILVA, Denise Almeida; PORTO, Luana Teixeira. Narrativas e mídias na escola. Frederico Westphalen: URI, 2014. p. 43-58. (Série novos Olhares, v. 7)

MORAN, José. Aprendendo a desenvolver e orientar projetos de vida. Educação Transformadora. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013. Disponível em: <



<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>> Acessado em: 4 de Agosto de 2020.

PASSOS, Eduardo Passos. KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. – Porto Alegre: Sulina, 2015

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 n.º 5 Set/Out/Nov/Dez

PIZZINATO, Adolfo et al. JOVENS MULHERES DO ÂMBITO RURAL: GÊNERO, PROJETOS DE VIDA E TERRITÓRIO EM FOTOCOMPOSIÇÕES. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 473-483, dezembro de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000300473&lng=en&nrm=iso>. acesso em 29 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p473> .

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos (FGV)* v. 2, n. 3. 1989.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y modernidad/racionalidad” em Perú indígena (Lima) vol. 13, nº 29. 1992

SANTOS, Boaventura Sousa S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 63. 2002. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>

TONNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais Determinação Geral dos conceitos principais. In *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodologia e de aplicação*. Org. Florestan Fernandes. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973. pp.96-116

VALE, Cláudia Netto do; RANGEL, Lucia Helena. Jovens indígenas na metrópole. *Ponto-e-Vírgula : Revista de Ciências Sociais*, [S.l.], n. 4, mar. 2013. ISSN 1982-4807. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14190/10416> Acesso em 02 nov. 2017.

VENTURINI, Ana Paula Cargnelutti; PICCININI, Cesar Augusto. Percepção de adolescentes não-pais sobre projetos de vida e sobre a paternidade adolescente. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 172-182, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500018&lng=en&nrm=iso>. acesso em 29 Julho 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500018>.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 58-69, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200009&lng=en&nrm=iso>. Visitado em 13 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200009>.



WAGNER, Adriana; FALCKE, Denise; MEZA, Eliane Böttcher Duarte. Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre , v. 10, n. 1, p. 155-167, 1997